

## REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TÁBUA

### VOLUME XI - PATRIMÓNIO

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, ARQUEOLÓGICO, NÚCLEOS URBANOS E RURAIS E PATRIMÓNIO NATURAL

JUNHO 2017

Câmara Municipal de Tábua

Lugar do Plano - Gestão do Território e Cultura



## **ÍNDICE**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. O PATRIMÓNIO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL</b>	<b>4</b>
<b>3. OBJETIVOS</b>	<b>6</b>
<b>4. MÉTODOS DE ANÁLISE. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO</b>	<b>6</b>
<b>5. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO CONCELHO DE TÁBUA</b>	<b>8</b>
<b>6. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO</b>	<b>10</b>
<b>6.1. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO</b>	<b>14</b>
6.1.1. FICHAS DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO CLASSIFICADO	16
<b>6.2. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO INVENTARIADO DE INTERESSE MUNICIPAL</b>	<b>28</b>
6.2.1. INVENTÁRIO MUNICIPAL DE BENS COM INTERESSE MUNICIPAL	30
<b>7. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO</b>	<b>36</b>
<b>7.1. LISTAGEM DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - ENDOVÉLICO DO PORTAL DO ARQUEÓLOGO DA DGPC</b>	<b>37</b>
<b>8. NÚCLEOS URBANOS E RURAIS. CONJUNTOS EDIFICADOS</b>	<b>40</b>
<b>8.1. PATRIMÓNIO NATURAL</b>	<b>43</b>
<b>8.2. OUTROS PATRIMÓNIOS</b>	<b>45</b>
<b>9. SÍNTESE</b>	<b>46</b>

# 1. INTRODUÇÃO

Sendo o PDM um instrumento de Planeamento, no qual se definem estratégias consolidadas de valorização e de desenvolvimento de um território, deve, o mesmo, potenciar os diversos valores naturais e sociais e culturais, recorrendo à preservação e valorização do património do concelho, o qual deve ser entendido como um importante recurso para o seu desenvolvimento.

O património, cujo conceito foi evoluindo ao longo dos tempos, poderá ser entendido como uma síntese simbólica de vários valores identitários que contribuem para um sentimento de pertença e de identificação de um coletivo social, fornecendo-nos os elementos de significação cultural, particularmente relevantes num contexto de globalização onde coexistem leituras diferenciadas, e permitindo-nos situar em relação ao passado.

Define-se, assim, como uma realidade de maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade de um território e para a democratização da sua cultura, cuja importância tem vindo a ser reconhecida pelas sociedades contemporâneas.

Manter, conservar, reabilitar o património são atos de cidadania, traduzem o reconhecimento da nossa memória coletiva, e poderão definir oportunidades da valorização deste território

Cada época histórica constrói e atualiza o domínio da matéria patrimonial. É neste sentido que tem significado preservar um determinado património. Salva-se aquilo que corresponde à consciência histórica coletiva de um dado momento do processo de transformação urbana e arquitetónica.

É importante identificar e descrever as situações mais representativas do Património Cultural concelhio, de reconhecido valor erudito, histórico, sociocultural, e com valor de génese popular, para que se possa adotar uma política de intervenção ajustada ao território em estudo.

Considerando o património na sua globalidade, foram analisados, no presente documento, os elementos constituintes do Património Arquitetónico e Arqueológico Classificado e em Vias de Classificação, que se encontram representados em planta de Condicionantes. Além destes elementos, foram analisadas e inventariadas outras estruturas patrimoniais existentes, alusivas a elementos urbanos e rurais singulares que, dada à sua riqueza e representatividade na memória e cultura coletiva, devem ser preservadas e salvaguardadas.

## 2. O PATRIMÓNIO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Como resposta a um conjunto de documentos orientadores e normativos, relacionados, em particular, com a UNESCO e o Conselho da Europa que ilustram as preocupações contemporâneas no âmbito da sua proteção e valorização, o Património passou a integrar as políticas e estratégias de Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.

A **Lei n.º 107 / 2001**, que determina as bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património, veio incentivar e estabelecer, **o conhecimento, estudo, salvaguarda, valorização e divulgação do Património Cultural**, o acesso à fruição cultural, aviventar a identidade cultural da Nação, das comunidades regionais e locais, com o intuito **de promover o desenvolvimento nacional, regional e local**, e defender a qualidade ambiental e paisagística. Preocupações que seguem a tendências internacionais e os compromissos assumidos pelo país.

**Esta Salvaguarda e Valorização de Património Cultural, segundo a Lei 48/98, de 11 de agosto**, com as alterações pela **Lei 54/2007, de 31 de agosto**, é decorrente dos **Instrumentos de Desenvolvimento Territorial e dos Instrumento de Planeamento Territorial**. Os primeiros, que são diretrizes de natureza estratégica, revelam-se através de Políticas e Ações Setoriais. Os segundos incidem sobre matérias que regulam o uso do solo, tendo como matriz de maior visibilidade os Planos de Ordenamento Municipal (PMOT), em articulação como os demais instrumentos de ordenamento territoriais.

Conjuntamente, o **Decreto-Lei o 380 / 99 de 12 de setembro**, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, veio reconhecer o **Património Arquitetónico e Arqueológico como Recurso Territorial**, determinando que as medidas indispensáveis para a sua valorização decorrem do **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e dos Planos Regionais dos Planos Intermunicipais de Ordenamento**, tendo em vista acautelar o uso dos espaços envolventes, e reservando aos **PMOT's** o estabelecimento dos parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação de áreas de proteção.

Posteriormente, o **Decreto-Lei 309/2009**, veio confirmar a tarefa fundamental do Estado em Proteger Valorizar e Reconhecer o Património Cultural como instrumento primordial na identificação de uma cultura e dos seus valores. Contribuiu o procedimento de classificações de bens culturais imóveis, a definição do regime das zonas de proteção.

Neste sentido, respondendo a estas preocupações, o PROT Centro – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, a par com o Programa Nacional de Política de Ordenamento do

Território, veio estabelecer para esta região um conjunto de orientações e objetivos estratégicos que visam salvaguardar este património.

Com efeito, neste instrumento é definido um modelo de desenvolvimento que consolida e reafirma o potencial dos sistemas urbanos, para o qual, entre as muitas estratégias de desenvolvimento, defende o recurso à **Salvaguarda e Valorização do Património Cultural**<sup>1</sup>.

O Património Cultural é um elemento essencial na construção de um desenvolvimento sustentável e, nesse sentido, é imprescindível, considere estratégias para a sua conservação, valorização e gestão, tendo em conta a sua aproximação aos cidadãos da região, que se quer cada vez maior, criando elos de identidade regionais, nacionais e europeus. A enorme riqueza do nosso património construído, abrangendo situações diversificadas, desde o património arquitetónico, arqueológico, cultural, natural, compele também ao desenvolvimento de estratégias do seu aproveitamento no âmbito cultural e turístico, sem pôr em causa a sua mais valia identitária, na qual se integram a sua conservação e reabilitação, tendo o cuidado de preservar a sua “verdade, qualidade e viabilidade”<sup>2</sup>.

Pelas suas qualidades, o Património constitui um fator importante para a consolidação do Modelo Territorial, em que a Arquitetura e o Urbanismo se assumem como recursos diferenciadores de valorização de muitos aglomerados.

Desta forma, dever-se-á, conforme o preconizado pelo PROT- Centro, estabelecer **o reforço das redes do património urbano regional**, o qual, por sua vez, poderá construir e dinamizar redes urbanas potenciadoras de coesão e competitividade territorial<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Descrição segundo PROT Centro, Maio de 2007, com atualização de Maio de 2011

<sup>2</sup> Descrição segundo PROT- Centro, Maio de 2007, com atualização de Maio de 2011, pag,61

<sup>3</sup> Descrição segundo PROT Centro, Maio de 2007, com atualização de Maio de 2011

### **3. OBJETIVOS**

Pretende-se lançar as bases para um novo entendimento sobre a função urbanística, estética e de consolidação da imagem urbana em que o Património deve desempenhar, pela sua qualidade arquitetónica, paisagística ou histórica, um papel de grande importância, de forma a alicerçar uma estratégia de desenvolvimento em que o concelho seja identificado como um destino turístico cultural e de natureza.

Enquanto fonte de conhecimento de um território e instrumento de apoio ao Planeamento e Gestão Urbanística, o Património deve assumir-se como uma componente estratégica na definição das novas políticas de ordenamento do território e um veículo privilegiado de sensibilização do potencial patrimonial, nomeadamente na qualificação dos ambientes urbanos atuais.

Considerando a evolução do próprio conceito de património, entende-se que este representa um recurso a utilizar, regando os seus usos e cargas. Por ser uma componente viva e dinâmica de um território, deve ser valorizado e adequado aos fins capazes de o proteger e acautelar o seu abandono, promovendo a sua fruição ativa quer segundo metodologias de recuperação, quer segundo métodos de reconversão e reabilitação urbana.

### **4. MÉTODOS DE ANÁLISE. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO**

Uma das preocupações centrais do presente PDM, é a salvaguarda e valorização do património. Nesse sentido, foi efetuado um inventário de valores patrimoniais. Os elementos que integram esse inventário serão objeto de disposições regulamentares específicas tendo em vista a sua preservação e valorização.

Considerando, que o conceito de Património deverá ser entendido como um conceito vivo e dinâmico pretende-se que o presente documento seja um 'inventário aberto' de modo a permitir uma contínua atualização e desenvolvimento. Neste sentido sob proposta devidamente fundamentadas, desde que enquadrável nas disposições do Regulamento do presente PDM, e mediante aprovação da Câmara Municipal, poderão ser acrescentados ou retirados elementos patrimoniais. Poderão ainda ser acrescentados informações que contribuam para uma caracterização e análise mais completa dos elementos que integram o presente inventário.

Procuraram-se identificar as situações mais representativas do património, em termos de elementos de valor erudito, e de valor popular.

Para além de elementos isolados procurou-se identificar situações cujo valor patrimonial tem importância enquanto integrado num conjunto. Nestes casos para além do valor arquitetónico do sobrepõe-se a importância da morfologia urbana.

Conforme foi referido, foram analisados, no presente documento, os elementos constituintes do Património Arquitetónico Classificado, que se encontram representados em planta de Condicionantes, e foram analisados e inventariadas outras estruturas e valores patrimoniais existentes - edifícios, conjuntos de edifícios, núcleos rurais, etc. – que, nesta fase se encontram listados, mas cujo objetivo será, com o desenvolvimento do processo, fazer o seu enquadramento mais rigoroso e representar a sua localização na planta de Património.

Foram elaboradas fichas de caracterização das estruturas patrimoniais identificadas, relativas a Património Arquitetónico Classificado e pretende-se, com o desenvolvimento do trabalho, utilizar um processo semelhante para o Património Arqueológico e para o Património Inventariado, fazendo-se corresponder uma mesma numeração entre a ficha e a planta onde estes elementos estarão identificados.

O relatório está ainda organizado e dividido de acordo com a seguinte forma:

- **Património Arquitetónico**
  - Património Classificado
    - MIP – Monumento de Interesse Público
    - IP – Imóvel de Interesse Público
  - Património Arquitetónico. Listagem de Património Inventariado
  - Núcleos Urbanos. Rurais. Conjuntos Edificados
- **Património Arqueológico**
  - Património Arqueológico. Listagem de Património Inventariado
    - EA – Estações Arqueológicas
    - SC – Sepulturas e Cabeceiras
    - L – Leituras Epigráficas
    - AI – Achados Isolados
    - VD - Vestígios Diversos
- **Património Natural**
- **Outro Património**

A nomenclatura utilizada na listagem de identificação de Imóvel, lugar ou sítio, corresponde à designada que irá figurar nas plantas de Património Arquitetónico e Natural e Arqueológico, a elaborar na fase seguinte do processo.

Todos os valores patrimoniais que se encontram classificados e em vias de classificação, encontram-se assinalados na Planta de Condicionantes com a delimitação das respetivas áreas de proteção.

## 5. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO CONCELHO DE TÁBUA

A toponímia de Tábua, inicialmente associada a uma ponte de tábuas sobre o rio Mondego, na altura da formação do Condado Portucalense, pode também estar associada á origem do latim “tábua”, no sentido de região plana, o que tem sentido já que o concelho de Tábua se localiza no Planalto Beirão. No entanto, a origem do nome Tábua, pode estar associada ainda a outras referências - deus romano Tabudico, ou a *Typha angustifolia*, planta herbácea invasora, comum nas margens do Mondego<sup>4</sup>.

Escassas são as referências históricas relativo ás origens do concelho de Tábua, entendido como formulação relativa a uma coletividade que tem entre si ligações de consciência coletiva de pertença a uma região política, social, económica e cultural<sup>5</sup>.

As primeiras ocupações do território, atualmente considerado Tábua, terão sido da pré-história, que, inevitavelmente deixaram marcas, identificando-se uma grande dispersão geográfica dos sítios arqueológicos deste período, e um significativo espólio.

O território foi ocupado durante o **Império Romano**, identificando-se diversos vestígios localizados dispersamente. A Pedra da Sé, o troço da via romana da Pedra da Sé, estes dois valores classificados como Interesse Público, a estação arqueológica da Torre, a ponte romana de Sumes, em Midões, um conjunto de pontes e vias construídas e utilizadas durante a referida civilização romana, bem como peças cerâmicas e inscrições românicas, são alguns desses vestígios. **No entanto em nenhum dos registos, conhecidos, referentes a este período, se evidencia a existência de um aglomerado urbano de dimensão significativa, remetendo antes para as atividades campesinas, com um conjunto de pequenos povoados dispersos.**

<sup>4</sup> Descrição segundo texto do “Portal do Município de Tábua – Conhecer Tábua – História”, Município de Tábua, 2017

<sup>5</sup> Descrição segundo “Tábua, História, Arte e Memória” de Marco Daniel Duarte, Município de Tábua, 2009

Durante o séc. XVI, várias localidades do concelho tiveram atribuição de carta de foral, Ázere e Sinde, Covas, Vila Nova de Oliveirinha, Candosa, Midões, Mouronho e Pinheiro de Côja, e também Tábua teve carta de foral em 1514.

Sabe-se, também, que Tábua, no séc. XII, foi honra da família “da Cunha”, por dádiva da filha de D. Afonso Henriques, infanta D. Tereza, sendo sua pertença durante sete séculos. A esta família “da Cunha”, D. Afonso IV, concedeu em 1342, a jurisdição civil e criminal de Tábua. Mais tarde o concelho de Tábua substituiu e englobou os concelhos de Candosa, de Midões, de Ázere e de Sinde<sup>6</sup>.

Retira-se, de alguma da documentação escrita sobre este território, a importância que o, então, concelho de Midões tinha, detendo uma organização municipal já consolidada, contando com uma estrutura no campo criminal, estruturas municipais e religiosas.

O concelho de “Tábua”, enquanto realidade geográfica, político-administrativa e o que daí acarreta do ponto de vista social, só ganha força nos “dias da contemporaneidade”<sup>7</sup>, resultando da reforma administrativa, em meados de Oitocentos, constituindo-se, então, o mapa de quinze freguesias, com sede em Tábua.

Das notas históricas de **Tábua dos séculos XIX e XX**, notam-se sobretudo ao nível dos órgãos decisores, **as preocupações relacionadas com os fatores de progresso e melhoria das condições de vida, a tentativa de ultrapassar assimetrias relacionadas com a interioridade**, entre meios urbanos e meios rurais, entre áreas industrializadas e densamente povoadas e áreas desprotegidas economicamente e sem recursos de mão-de-obra<sup>8</sup>, em que se pratica, maioritariamente, uma agricultura de subsistência, fatores que tiveram reflexo importante no despovoamento dos aglomerados e envelhecimento das populações do interior. Esta argumentação vem desde os inícios da época contemporânea e continua a fazer sentido nos tempos atuais.

No início do **séc. XX**, surgiram iniciativas no sentido de contornar algumas destas adversidades consequentes da localização geográfica, com a **organização de associações de autoproteção da economia local, as cooperativas e posteriormente os grémios**.

**A importância das infraestruturas ligadas às vias de comunicação foi sempre um tema estruturante nas histórias destas regiões interiores** e nomeadamente no concelho de Tábua, onde a construção de algumas vias nacionais e regionais, foi demorada e a aspiração da região ser servida pelo caminho-de-ferro, nunca se concretizou, sendo sempre estabelecida uma relação direta entre as vias de comunicação e o desenvolvimento da economia.

<sup>6</sup> Descrição segundo texto do “Portal do Município de Tábua – Conhecer Tábua – História”, Município de Tábua, 2017

<sup>7</sup> Descrição segundo “Tábua, História, Arte e Memória” de Marco Daniel Duarte, Município de Tábua, 2009, pág 189

<sup>8</sup> Descrição segundo “Tábua, História, Arte e Memória” de Marco Daniel Duarte, Município de Tábua, 2009, pág 189

Os anos republicanos trouxeram algum desenvolvimento ao concelho, com a implementação de infraestruturas importantes, de apoio às populações, nomeadamente a construção de uma unidade de saúde/Hospital de Tábua (construção dos anos 30), escolas nas várias localidades (o concelho tinha, já 32 escolas do ensino primário e 6 do pré-primário) e na vila existia o ensino preparatório e secundário, em edifício próprio<sup>9</sup>.

Atualmente o concelho está organizado em onze freguesias, devido á reorganização administrativa do território (Lei nº11-A/2013 de 28 de janeiro).

## 6. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Resultante da interação entre os lugares e os seus habitantes, ao longo das várias épocas, o património arquitetónico, construído e paisagístico, integra os aspetos que daí resultam, constituindo-se como um fator essencial para a identidade coletiva, diferenciando e valorizando o território.

Preservar, conservar e divulgar esse património, contribui para a manutenção da memória e identidade histórica dos lugares, sendo de grande importância no sentido de deixar um legado para as gerações futuras, bem como a sua valorização e projeção, proporcionando a definição de um conjunto de capacidades de atratividade dirigidas para diferentes públicos, com diversos interesses de fruição, relacionados com fatores de ordem histórica, urbanística, arquitetónica, etnográfica, social, industrial, técnica, científica e artística.

É, pois, importante definir um conjunto de princípios que orientem e regrem futuras intervenções no património cultural, construído e paisagístico, de forma a possibilitar uma fruição pública desse património e dos respetivos contextos onde estão inseridos, salvaguardando as características que os definem e prevenindo intervenções que as adulterem.

O património arquitetónico do concelho de Tábua é constituído por um conjunto de elementos que são considerados como valores de reconhecido interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social que constituem condicionantes ao uso do solo nas respetivas áreas envolventes <sup>10</sup>.

O PDM em vigor definiu como Espaços Culturais, identificados na planta de Ordenamento, edifícios classificados ou conjuntos de edifícios mais significativos dos aglomerados urbanos e respetivas zonas de proteção<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Descrição segundo “Tábua, História, Arte e Memória” de Marco Daniel Duarte, Município de Tábua, 2009, pág 189

<sup>10</sup> Descrição segundo REOT-Tábua, 2016,pag 73

<sup>11</sup> Descrição segundo REOT-Tábua, 2016,pag 85

No sentido de concretizar um dos objetivos do Município *proteger e valorizar os valores patrimoniais e naturais*”, a autarquia tem vindo a desenvolver algumas ações neste âmbito, nomeadamente a Requalificação Urbana da Vila, a delimitação da ARU de Tábua e o desenvolvimento do PARU, bem como tem como objetivo definir um conjunto de ARU(s) para outros aglomerados envolventes á vila de Tábua, definindo mecanismos que permitem a **preservação da identidade dos aglomerados, recuperação do património edificado e promovendo a revitalização urbana dos núcleos.**

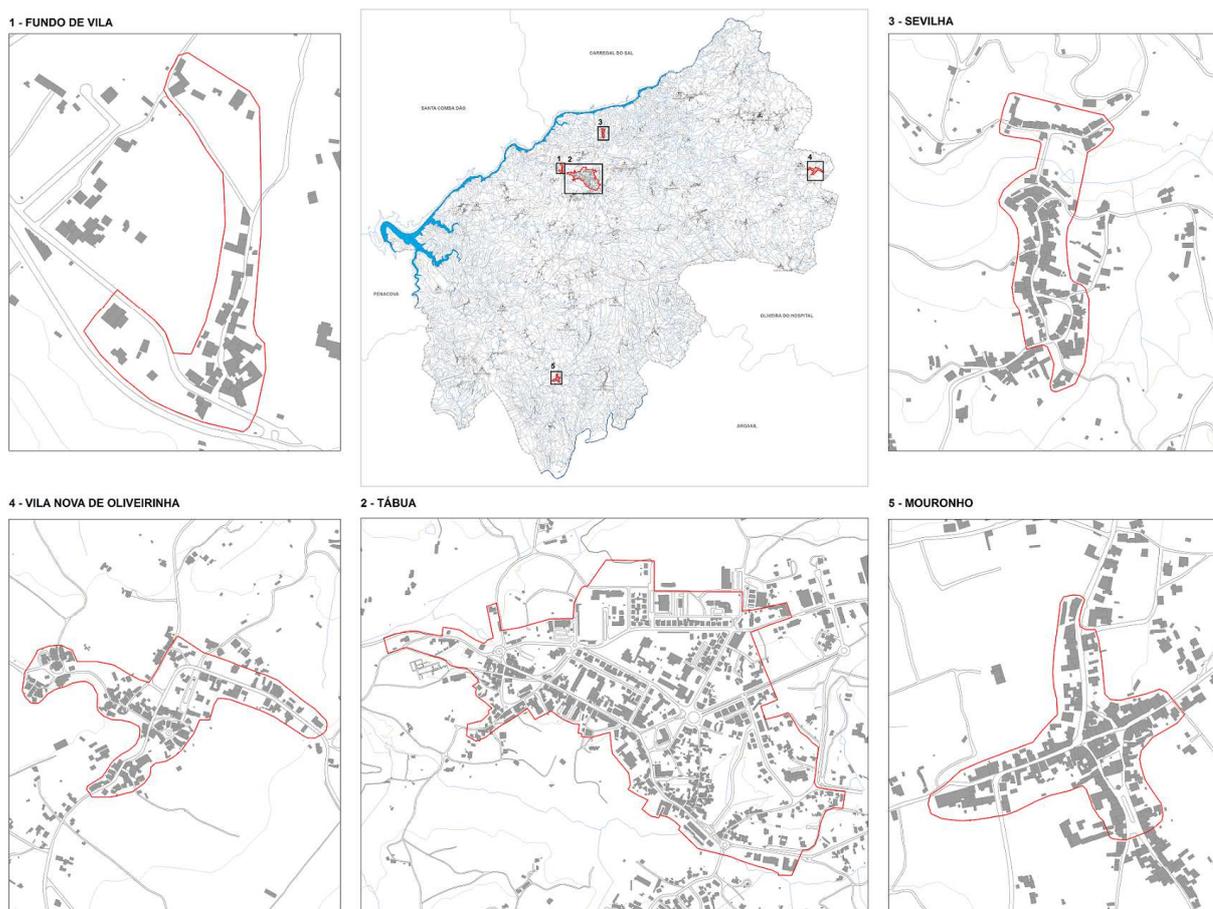


Figura 1. Representação de ARU(s) do concelho de Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017

Também no âmbito da qualificação urbana, *“podemos ainda destacar a requalificação da ‘Vila de Tábua’ ocorrida entre 2013 e 2016 no âmbito de um projeto de candidatura ao QREN, que consistiu na requalificação urbana e paisagística da Rua da Indústria, entre a Rotunda do Monumento ao Combatente e o Cruzamento com a Avenida de Coimbra”*<sup>12</sup>, trabalhos que incidiram, maioritariamente na qualificação do espaço público.

<sup>12</sup> Descrição segundo REOT-Tábua, 2016, pag 85

Na Vila de Tábua, embora se identifiquem alguns elementos de notório valor patrimonial, não são evidentes as origens morfológicas do aglomerado, restando apenas algum traçado original, preservado na Rua Velha - atual rua João Dinis de Abreu - de composição singular, irregular, que preserva o seu carácter rural, com pequenos alargamentos da via, designados como “pátios”, onde o edificado, pobre e caracteristicamente rural, no entanto se encontra bastante adulterado e degradado, e no núcleo central de Tábua, onde ainda prevalecem algumas construções, características dos séc.(s) XVIII, XIX e princípios do séc. XX, não sendo, actualmente, perceptível o traçado da estrutura original, nem, é possível fazer uma leitura clara da sucessiva evolução da sua estrutura morfológica.



Figura 2. TÁBUA – “rua velha”; fotografias da “rua velha”, atual rua João Dinis de Abreu

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017

O património classificado é, à partida, considerado o mais significativo, no entanto, através de alguns conjuntos de edifícios e de alguns edifícios isolados, de características arquitetónicas singulares, é possível perceber marcas deixadas, no território, pelas diferentes épocas de evolução da história do país, que estão refletidas em linguagens e princípios arquitetónicos que, inequivocamente, estão associados a determinados períodos da nossa história. No caso da vila de Tábua, existem alguns conjuntos de edifícios com uma linguagem arquitetónica dos finais do século XIX, princípios do

século XX e outros edifícios, cuja composição e linguagem se enquadram nos princípios e políticas urbanísticas e arquitetónicas, estabelecidas pelo Estado Novo, como por exemplo, o edifício da Câmara Municipal, a escola Conde Ferreira, actual Junta de freguesia de Tábua e Turismo, a escola primária, o hospital. Esses elementos devem, portanto, ser preservados e requalificados. Considerando este aspeto, pretende-se, proceder á identificação e inventariação de um conjunto de estruturas patrimoniais públicas e privadas.



Figura 3. Edifício da Câmara Municipal de Tábua; antiga Escola Conde Ferreira/actual Junta de Freguesia de Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017

É significativa a importância que do Património Arquitetónico não classificado, nomeadamente na Arquitetura Religiosa e Arquitetura Civil, têm nesta região, encontrando-se diversas estruturas de reconhecido valor patrimonial, histórico e identitário.

Nos restantes aglomerados do concelho de Tábua, á exceção de Midões verifica-se uma presença mais reduzida de elementos arquitetónicos com inequívoco valor patrimonial, surgindo, no entanto, alguns exemplares interessantes não só de arquitetura religiosa como da arquitetura civil, perfazendo um conjunto significativo na totalidade do concelho.

## 6.1. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

O Património Classificado é alusivo a todos Imóveis que revelam um inestimável valor cultural, e que devem ser encarados como elementos contributivos para a qualidade de vida, social e cultural de uma comunidade e, conseqüentemente devem ser objeto de especial proteção e valorização.

A sua classificação é importante para fixar critérios de valorização, salvaguardando a sua envolvente e permitir o seu reconhecimento enquanto valor nacional e municipal.

Com a Lei de Bases do Património Cultural - **Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro** -, que substitui a Lei 13/85 e que define as bases da política de proteção e salvaguarda do Património e estruturação da identidade nacional, visando a democratização da cultura, foram reavaliados os critérios de classificação desse mesmo Património, sendo redefinido o seu conceito. Neste, conforme o previsto no seu artigo 43º, são definidas, para os bens imóveis classificados e em vias de classificação, zonas de proteção e zonas especiais de proteção.

Na sequência da publicação deste documento surge o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que veio introduzir a possibilidade de ser estabelecida, em alternativa à zona geral de proteção, uma zona especial de proteção provisória para os bens imóveis em vias de classificação, mediante o disposto no n.º 2 do art.º 36 do presente diploma.

No concelho de Tábua estão considerados dez bens imóveis de interesse público, atualmente classificados e as respetivas zonas de proteção<sup>13</sup>.

Relativamente às zonas de proteção, foi fixada a zona especial de proteção (ZEP) da “Casa da Família Desembargador Taborda”, e para os outros nove imóveis existem definidas zonas gerais de proteção (ZGP) de 50 metros cotados do limite exterior do imóvel <sup>14</sup>.

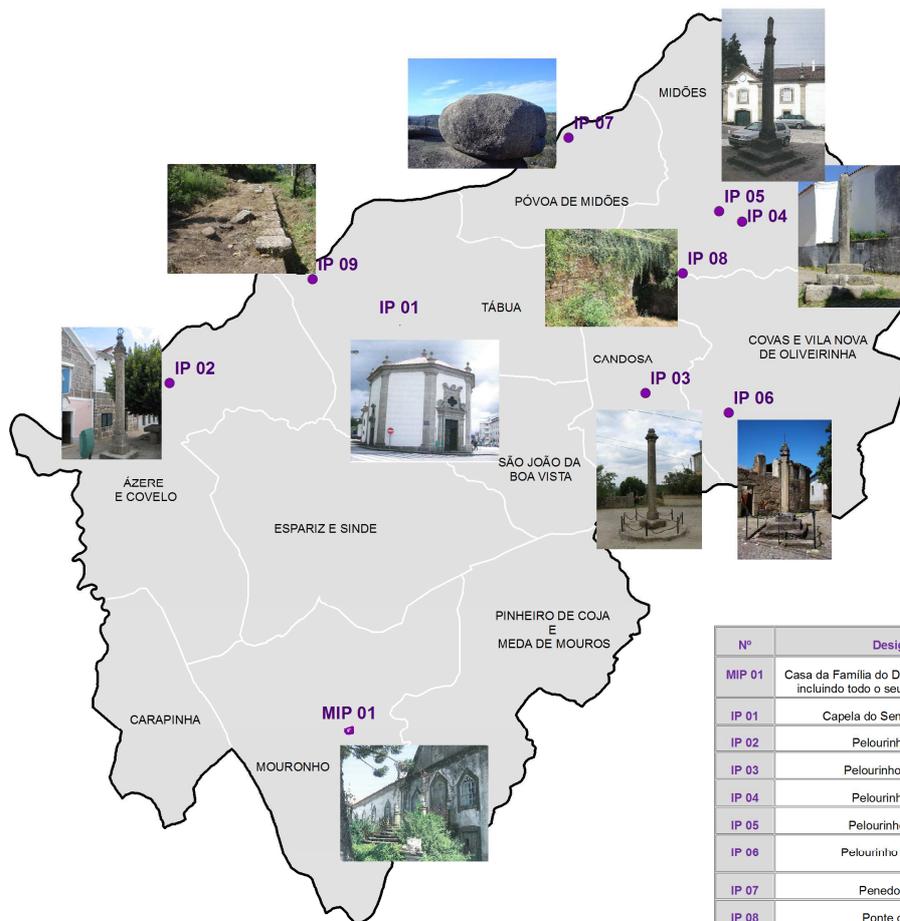
### **Imóveis de Interesse Públicos (10):**

- Casa da Família Desembargador Taborda; **(MIP)**
- Capela do Senhor dos Milagres; **(IP)**
- Pelourinho de Ázere; **(IP)**
- Pelourinho de Candosa; **(IP)**
- Pelourinho do Couto (de Midões); **(IP)**
- Pelourinho de Midões; **(IP)**

<sup>13</sup> Informação da DGCC – Direção Geral de Cultura do Centro, em 09.2015

<sup>14</sup> Informação da DGCC – Direção Geral de Cultura do Centro, em 09.2015

- Pelourinho de Percelada; (IP)
- Penedo Oscilante; (IP)
- Ponte de Sumes; (IP)
- Troço da Via Antiga da Pedra da Sé; (IP)



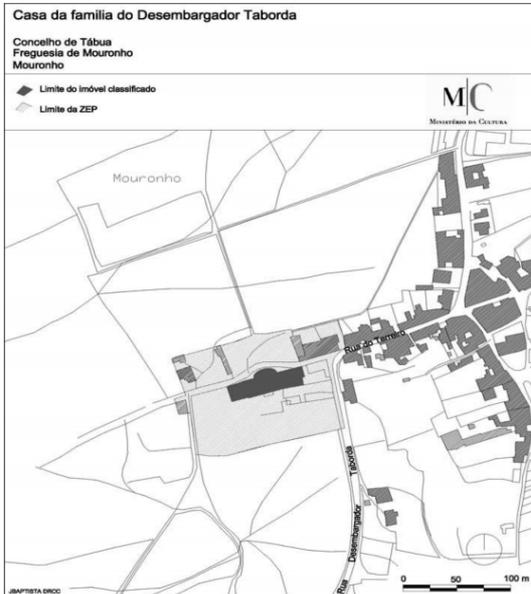
N.º	Designação	Diploma Geral
MIP 01	Casa da Família do Desembargador Taborde, incluindo todo o seu património integrado	Portaria n.º 561/2011, DR, 2.ª série, n.º 101, de 25-05-2011
IP 01	Capela do Senhor dos Milagres	Decreto n.º 40 684, DG, I Série, n.º 146, de 13-07-1956
IP 02	Pelourinho de Ázere	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933
IP 03	Pelourinho de Candosa	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933
IP 04	Pelourinho do Couto	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933
IP 05	Pelourinho de Midões	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933
IP 06	Pelourinho de Percelada	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933
IP 07	Penedo Oscilante	Decreto n.º 251/70, DG, I Série, n.º 129, de 3-06-1970
IP 08	Ponte de Sumes	Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990
IP 09	Troço da Via Antiga da Pedra da Sé	Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990

Figura 4. Localização do Património Arquitetónico Classificado do concelho de Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017

Imagens – Portal do Município; “Tábua, História, Arte e Memória” de Marco Daniel Duarte, Município de Tábua, 2009;  
<http://pedrasehistoria.blogspot.pt/>

## 6.1.1. FICHAS DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO CLASSIFICADO

CASA DA FAMÍLIA DESEMBARGADOR TABORDA   MIP. 01	
<b>N.º de IPA</b> – 00024893	
<b>Identificação do Imóvel</b> Casa da Família Desembargador Taborda	 <p style="text-align: center;">Fonte: DGPC, acedida em maio de 2017</p>
<b>Localização / Acessos</b> Rua Desembargador Taborda Caminho para Alvoeira Mouronho	
<b>Tipologia</b> Arquitetura Civil	
<b>Classificação do Imóvel</b> <b>MIP – Monumento de Interesse Público</b>	
<b>Cronologia</b> Portaria n.º 561/2011, DR, 2.ª série, n.º 101, de 25-05-2011 Adenda ao Edital, de 22-01-2010, da CM de Tábua Edital de 10-01-2010 da CM de Tábua Despacho de homologação de 21-06-2010 do Secretário de Estado da Cultura Edital de 28-05-2009 da CM de Tábua Parecer de 3-03-2009 do Conselho Consultivo do IGESPAR, I.P. a propor a classificação da Casa e capela da família do Desembargador Taborda, incluindo todo o seu património integrado Proposta de 10-12-2007 da DRC do Centro para a classificação como IIP Edital de 7-02-2007 da CM de Tábua Despacho de abertura de 17-03-2006 da vice-presidente do IPPAR Proposta de 28-12-2005 da DR de Coimbra para abertura do processo de classificação da Casa da família Taborda	
<b>ZP – Zona Proteção</b> Portaria n.º 561/2011, DR, 2.ª série, n.º 101, de 25-05-2011 (sem restrições) Adenda ao Edital, de 22-01-2010, da CM de Tábua Edital de 10-01-2010 da CM de Tábua Despacho homologação de 21-06-2010 do Secretário de Estado da Cultura Edital de 28-05-2009 da CM de Tábua Parecer favorável de 3-03-2009 do Conselho Consultivo do IGESPAR, I.P. Proposta de 10-12-2007 da DRC do Centro	
<b>Descrição</b> A casa mantém ainda algumas características setecentistas na disposição arquitetónica. Capela de grande riqueza decorativa, com destaque para o retábulo da capela-mor, setecentista, com motivos concheados, em talha dourada e policromada. Foi uma importante casa agrícola da região, contribuindo para o desenvolvimento local pelo número de trabalhadores que	

contratava e, também, pelo acordo com a Companhia Elétrica das Beiras para exploração do dique existente na propriedade. Não é conhecida a data certa de construção deste conjunto arquitetónico, que terá sido submetido a algumas alterações e construções sucessivas, sendo a principal intervenção, provavelmente de 1756 (Processo de Classificação, IPPAR/DRC). Segundo a descrição do proprietário, a ala direita foi edificada posteriormente, já no século XIX, sendo também posterior ao traçado original o segundo piso. A construção da capela, dedicada á Nossa Senhora das Dores, data de 1778, conservando uma linguagem barroca/rococó. Estas sucessivas fases de construção, em épocas diferentes, conferem ao conjunto uma imagem eclética, romântica, enquadrada nas composições arquitetónicas do séc. XIX.

A fachada principal, com um desenvolvimento horizontal, é composta por um conjunto de vãos de verga reta, no piso térreo, simétricos e vãos de remate triangular no andar nobre, sendo a do centro e as das extremidades, de sacada.

O corpo central do alçado principal, antecedido por escadaria semicircular, ganha especial destaque por se isolar e elevar, em frontão triangular com vaso, acima da linha do telhado. O portal é rematado pelo brasão de armas da família proprietária da casa. Uma varanda percorre a fachada das traseiras e, no interior, os salões são decorados com motivos rocaille.

A capela surge no prolongamento da fachada, do lado esquerdo e é delimitada por pilastras - com taças e fogaréu -, que suportam o entablamento e o frontão de lanços contracurvados em cujo tímpano se exhibe um escudo. O portal termina em frontão contracurvado a envolver a janela do coro. No seu interior destacam-se o retábulo de talha dourada e pintada setecentista, o púlpito, o coro alto, e a pia de água benta e existe uma ligação à residência, feita através do balcão.

Poderá integrar-se num estilo neoclássico tardio, a par com a presença de elementos românticos, numa composição eclética, revivalista e orientalista.

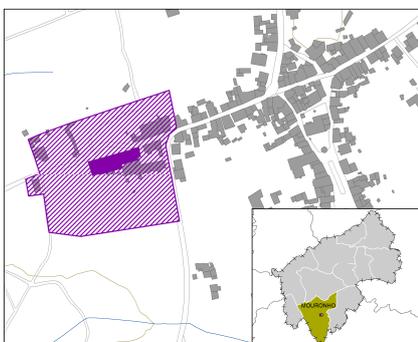
Constitui uma propriedade agrícola isolada, localizada a Oeste da povoação. Separa o edifício, da rua, uma área pequena, delimitada por muro e algumas construções de apoio, entre elas o antigo lagar e ainda uma fonte com embrechados de conchas.

#### **Bibliografia**

"Inventário Artístico de Portugal: distrito de Coimbra", GONCALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergílio, 1952

"Solares Portugueses", AZEVEDO, Carlos de, 1988

#### **Planta de localização | Imagens**

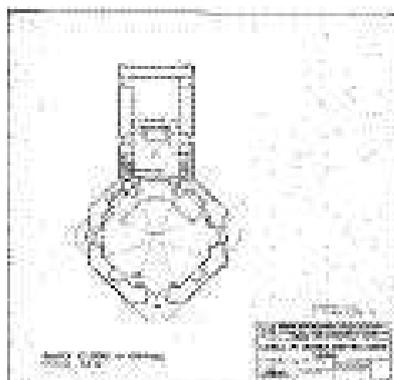


Fonte: DGPC, acedida em maio de 2017  
Lugar do Plano, em maio de 2017

*Descrição adaptada da DGPC, do SIPA/ IRHU e do Portal da Câmara Municipal de Tábua-Conhecer Tábua- Património Classificado (consultado em 2017)*

CAPELA DO SENHOR DOS MILAGRES   IP. 01	
<i>N.º de IPA –</i>	
<b>Identificação do Imóvel</b> Capela do Senhor dos Milagres	 <p style="text-align: center;">Fonte: Lugar do Plano, em maio de 2017</p>
<b>Localização / Acessos</b> Bairro dos Milagres Largo do Senhor dos Milagres Tábua	
<b>Tipologia</b> Arquitetura Religiosa	
<b>Classificação do Imóvel</b> <b>IP – Interesse Público</b>	
<b>ZP – Zona Proteção</b>	
<b>Cronologia</b> Decreto n.º 40 684, DG, I Série, n.º 146, de 13-07-1956	
<b>ZP – Zona Proteção</b>	
<b>Descrição</b>	
<p>A Capela do Senhor dos Milagres remonta ao séc. XVIII, e desenvolve-se numa solução de planta composta hexagonal, centralizada, com dois corpos: um octogonal correspondente ao corpo da capela e um outro retangular, onde está situada a capela-mor e a sacristia. Volumes articulados dispostos horizontalmente, cobertos com telhado de oito águas no corpo da igreja, e de quatro águas na capela-mor e sacristia</p> <p>Constitui um exemplar de arquitetura de planta centralizada, relacionada, inicialmente, com os círculos da corte e com a afirmação da nova dinastia dos Bragança, do séc. XVII, em Portugal, que, contudo, no séc. XVIII foi perdendo a sua importância, sendo construída apenas por razões formais.</p> <p>A fachada principal é composta pelo portal, definido por pilastras laterais, e encimado por um complexo frontão interrompido, em cujo tímpano se rasga um óculo quadrilobado, flanqueado por conchas e aletas. Os portais, nas duas fachadas contíguas à principal, encimados por frontão e óculos, são mais depurados. Os oito lados da nave são marcados por pilastras, encimadas por pináculos, sobre a cornija que percorre todo o edifício.</p> <p>O corpo retangular, onde se abrem algumas janelas, desenvolve-se numa composição idêntica. A articulação entre os dois corpos, no interior, é feita através de um arco de triunfo de volta perfeita, ladeado por duas capelas, com arcos semelhantes. A capela-mor destaca-se pelo retábulo de talha dourado, de estilo nacional, com a imagem do Senhor dos Milagres.</p> <p>Tem um enquadramento urbano, isolado, destacando-se num terreiro grande em frente à Igreja Matriz.</p>	
<b>Bibliografia</b>	
"Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVII - A Planta Centralizada", GOMES, Paulo Varela, 2001	
"Inventário Artístico de Portugal - Aveiro, Beja, Coimbra, Évora, Leiria, Portalegre, Porto e Santarém", SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 2000	
Descrição da DGPC, CARVALHO, Rosário	
"Inventário Artístico de Portugal, Lisboa, 1953" GONÇALVES, Nogueira, A., CORREIA, Virgílio	

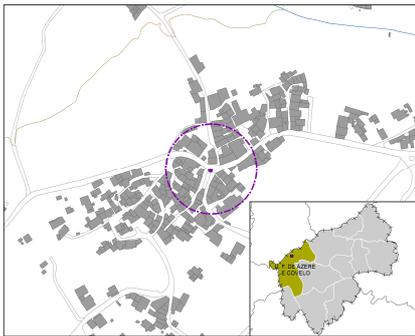
Planta de localização | Imagens



Fonte: IHRU; acedida em maio de 2017 e

Lugar do Plano, em maio de 2017

*Descrição adaptada da DGPC, do SIPA/ IHRU e do Portal da Câmara Municipal de Tábua-Conhecer Tábua- Património Classificado (consultado em 2017)*

PELOURINHO DE ÁZERE   IP. 02	
<b>N.º de IPA</b> – IPA.00000902	
<b>Identificação do Imóvel</b> Pelourinho de Ázere	
<b>Localização / Acessos</b> Largo do Pelourinho / Largo D. Afonso III Ázere	
<b>Tipologia</b> Arquitetura Civil - Pelourinho	
<b>Classificação do Imóvel</b> <b>IP – Interesse Público</b>	
<b>Cronologia</b> Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933	
<b>ZP – Zona Proteção</b>	
<p><b>Descrição</b></p> <p>Ázere foi sede de concelho até 1836. Pelourinho seiscentista. O monumento está sobre uma plataforma, encimada por um único degrau quadrangular, e pela base prismática da coluna de secção quadrangular, seguida por uma moldura em meia cana e por um troço quadrangular menor. A coluna tem dois pequenos troços quadrangulares cujos bordos chanfrados definem a secção oitavada do fuste. No seu topo assenta um ábaco quadrangular. O remate é um pináculo tronco-piramidal, de base quadrada, decorado, nos ângulos inferiores, com pequenas carrancas salientes, e rematado com uma esfera armilar esquemática, em ferro.</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p> <p>"Pelourinhos Portugueses, Tentâmen de Inventário Geral", MALAFAIA, E. B. de Ataíde, 1997</p>	
<p><b>Planta de localização   Imagens</b></p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;">    </div>	
<p>Fonte: DGPC, acedida em maio de 2017 Lugar do Plano, em maio de 2017</p>	
<p><i>Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)</i></p>	

## PELOURINHO DE CANDOSA | IP. 03

N.º de IPA – 00002594

**Identificação do Imóvel**

Pelourinho de Candosa

**Localização / Acessos**

Largo do Pelourinho

**Tipologia**

Arquitetura Civil

**Classificação do Imóvel****IP – Interesse Público****Cronologia**

Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933

**ZP – Zona Proteção**

Fonte: DGPC,  
accedida em maio de 2017

**Descrição**

Candosa teve foral régio a partir de 1524, dado por D. Manuel, bem como outras localidades - Vila Chã e Várzea - Em 1836, Candosa passou a freguesia de Tábua.

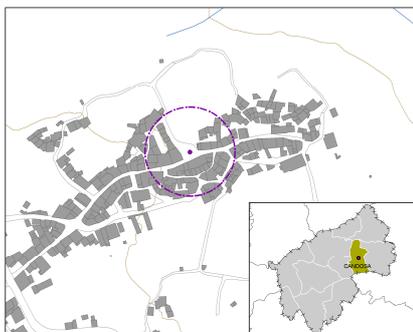
Pelourinho quinhentista. Conserva o seu pelourinho, muito simples e elegante, de conceção manuelina, com uma rusticidade muito interessante, correspondente ao foral manuelino, de acordo com a sua feição quinhentista.

O pelourinho situa-se na rua principal da antiga vila, tendo permanecido, até 1956, adossado a uma habitação. Constituíam-o, inicialmente quatro degraus, sendo o primeiro apenas uma plataforma de alvenaria, niveladora e mais três degraus quadrangulares de aresta. <atualmente, o pelourinho está sobre dois degraus quadrados, muito rústicos, sobre os quais se ergue coluna e remate, sem grimpas. A base é um degrau oitavado encimado por astrágalo idêntico, de onde irrompe o fuste, cilíndrico e liso. O capitel é composto por dois anéis finos, mediados por uma gola estreita, e encimados por um ábaco quadrado. Remata um tosco pináculo cónico, rebaixado, com labores rudes.

O seu enquadramento urbano é isolado e localiza-se em largo empedrado rodeado por casas de volumetria de dois pisos, exceto a Norte, que se abre sobre paisagem rural. Em redor do embasamento, a protegê-lo, uma corrente de vedação, tombada.

**Bibliografia**

"Pelourinhos Portugueses, Tentâmen de Inventário Geral", MALAFAIA, E. B. de Ataíde, 1997

**Planta de localização | Imagens**

Fonte: DGPC, acedida em maio de 2017  
Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

PELOURINHO DO COUTO (DE MIDÕES) | IP. 04

N.º de IPA – 00002805

**Identificação do Imóvel**

Pelourinho do Couto (de Midões)

**Localização / Acessos**

Lugar de Coito, Rua do Pelourinho  
Lugar do Couto

**Tipologia**

Arquitetura Civil - Pelourinho

**Classificação do Imóvel**

IP – Interesse Público

**Cronologia**

Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933

**ZP – Zona Proteção**



Fonte: DGPC,  
acedida em maio de 2017

**Descrição**

O Couto de Midões foi um pequeno concelho medieval, altura de que data o seu pelourinho.

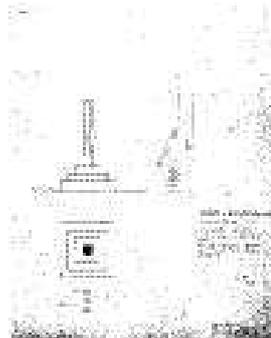
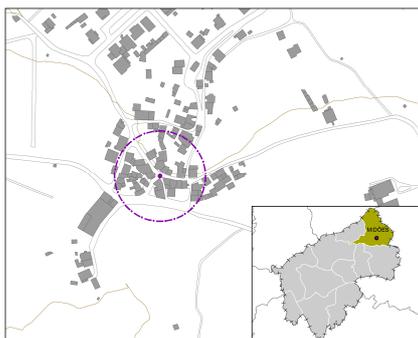
É um pelourinho em granito, rústico, provavelmente quinhentista, se o compararmos com outros monumentos idênticos.

O pelourinho é constituído por uma base de três degraus quadrangulares, sobre a qual se ergue um troço de fuste monolítico, de secção quadrada, com esquinas chanfradas, sem qualquer remate superior, apenas evidenciando a marca da argola de sujeição. O degrau superior serve como pedestal ao pilar.

**Bibliografia**

Sílvia Leite e Isabel Policarpo / DGPC / 2013

**Planta de localização | Imagens**



Fonte: DGPC, SIPA/IRHU, acedida em maio de 2017  
Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

## PELOURINHO DE MIDÕES | IP. 05

N.º de IPA – 00000897

**Identificação do Imóvel**

Pelourinho de Midões

**Localização / Acessos**

Praça do Pelourinho

Midões

**Tipologia**

Arquitetura Civil - Pelourinho

**Classificação do Imóvel**

IP – Interesse Público

**Cronologia**

Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933

**ZP – Zona Proteção**

Fonte: DGPC,  
accedida em maio de 2017

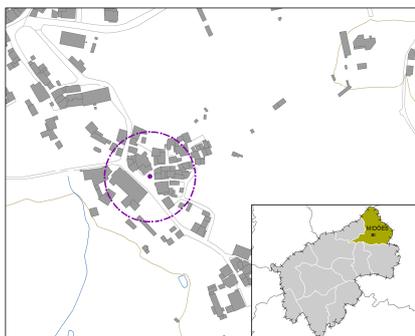
**Descrição**

Midões teve foral manuelino, dado em 1514, tendo sido erguido o pelourinho, que ainda atualmente se encontra na praça central da povoação, em frente a uma casa seiscentista (dos Sousa Machado).

O pelourinho é constituído por uma base com dois degraus quadrangulares, rústicos, de pedra aparelhada e aresta viva, encimado por um prisma quadrangular liso, onde assenta a coluna. A coluna tem base quadrada dupla que é talhada no mesmo bloco do fuste. Da parte superior do fuste saem quatro toros lisos, com ligeira curvatura, com desenvolvimento vertical, compondo uma coluna com suave entasis. O capitel é formado por duas molduras anelares salientes, mediada por gola decorada com quatro rosetas. Remata um pináculo espiralado, vagamente tronco-cónico, encimado por um ornamento do tipo cogulho.

**Bibliografia**

"Pelourinhos Portugueses, Tentâmen de Inventário Geral", MALAFAIA, E. B. de Ataíde, 1997

**Planta de localização | Imagens**

Fonte: DGPC, accedida em maio 2017  
Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

## PELOURINHO DE PERCELADA | IP. 06

N.º de IPA – 00002595

**Identificação do Imóvel**Pelourinho de Parcelada  
(ou Pelourinho de Perselada ou Pelourinho de Covas)**Localização / Acessos**Largo do Pelourinho  
Parcelada**Tipologia**

Arquitetura Civil - Pelourinho

**Classificação do Imóvel****IP – Interesse Público****Cronologia**

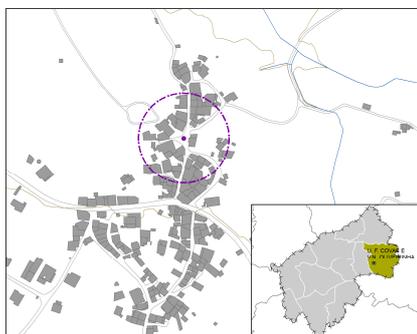
Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933

**ZP – Zona Proteção**Fonte: DGPC,  
accedida em maio de 2017**Descrição**

Parcelada, vila muito antiga, á qual não há conhecimento que lhe tenha sido atribuído foral, no entanto tem um pelourinho, de tipologia manuelina, muito simples. O pelourinho, do século XVI, está localizado num pequeno largo empedrado, rodeado de casa de habitação de 1 e 2 pisos. É constituído por uma base de três degraus quadrangulares de aresta, encimado por um quarto que constitui a base da coluna. A coluna está encaixada num orifício do plinto, com face superior rampante. O fuste é liso, de secção quadrangular, com ângulos moldurados em meia-cana até perto do topo, onde retoma a planta quadrada, ao modo de capitel cúbico. Sobre o término das chanfraduras possui pequenos botões cantonais côncavos, como elementos decorativos. A coluna é encimada por um ábaco quadrado, saliente, que faz de tabuleiro de onde arranca o remate, em cone de superfícies lisas, ornamentado por quatro cogulhos em forma de pera, alinhados com os ângulos da coluna. No remate superior do cone está cravada uma cruz latina em ferro.

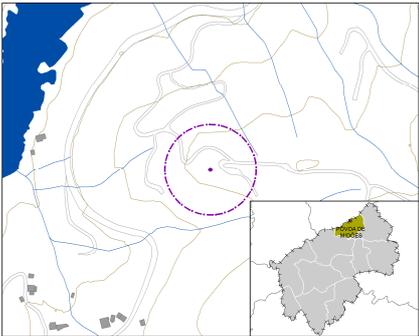
**Bibliografia**

"Pelourinhos Portugueses, Tentâmen de Inventário Geral", MALAFAIA, E. B. de Ataíde, 1997

**Planta de localização | Imagens**

Fonte: Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

PENEDO OSCILANTE   IP. 07	
<b>N.º de IPA</b> – 00001276	
<b>Identificação do Imóvel</b> Penedo Oscilante conhecido por «Penedo Cabana»	 <p style="text-align: right;">Fonte: DGPC, acedida em maio de 2017</p>
<b>Localização / Acessos</b> Na encosta sobranceira ao Rio Mondego Póvoa de Midões	
<b>Tipologia</b> Não definida	
<b>Classificação do Imóvel</b> <b>IP – Interesse Público</b>	
<b>Cronologia</b> Decreto n.º 251/70, DG, I Série, n.º 129, de 3-06-1970	
<b>ZP – Zona Proteção</b>	
<b>Descrição</b> O "Penedo Oscilante", afloramento rochoso de grandes dimensões localizado nas proximidades de Póvoa de Midões, na encosta sobranceira ao Rio Mondego, constitui uma curiosidade que, embora não resulte da ação humana, não deixa de ter interesse e relevância, a par de outras estruturas erguidas ao longo dos tempos, que testemunham as condições de fixação das comunidades.	
<b>Bibliografia</b>	
<b>Planta de localização   Imagens</b>	
 <p style="text-align: right;">Fonte: Lugar do Plano, em maio de 2017</p>	
Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)	

## PONTE DE SUMES | IP. 08

N.º de IPA – 00001274

**Identificação do Imóvel**

Ponte de Sumes

**Localização / Acessos**

Midões

**Tipologia**

Arquitetura Civil - Ponte

**Classificação do Imóvel**

IP – Interesse Público

**Cronologia**

Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990

**ZP – Zona Proteção**

Fonte: SIPA / IRHU,  
accedida em maio de 2017

**Descrição**

A Ponte de Sumes sobre o Rio de Cavalos, localiza-se num vale isolado, numa zona rural, a cerca de 5 quilómetros a Sul de Midões, e a cerca de 7 quilómetros de Coito.

Situa-se num território que durante o período romano foi sede de município e que durante a Idade Média foi couto do Mosteiro de Lorvão. Está relacionada com uma vaia romana, que provavelmente integra a extensa via que de *Bracara Augusta* chegava a *Emerita Augusta*. (atual Mérida, em Espanha).

Ponte de arco único de volta perfeita e parapeito, construída em grandes silhares de granito bem-talhados; tabuleiro com pavimento em lajes irregulares, que se prolongam para ambos os lados, nos acessos á ponte; não se conhecem siglas; arco assente no afloramento granítico, previamente afeiçoado.

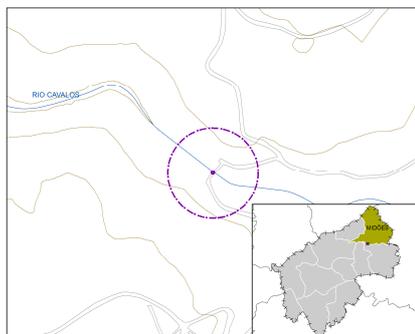
O seu tabuleiro tem uma extensão de 50 metros e cerca de 3 metros de largura, com uma pequena guarda de cerca de 40 centímetros de altura a delimitar. O seu pavimento é constituído por lajetas irregulares, que se prolongam para ambos os lados, nos acessos á ponte.

**Bibliografia**

"Pontes Antigas Classificadas". RIBEIRO, Aníbal Soares, 1998

"Pontes romanas de Portugal", PINTO, Paulo Mendes, 1999

"Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Coimbra", GONCALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergílio, 1993

**Planta de localização | Imagens**

Fonte: Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

## TROÇO DA VIA ANTIGA DA PEDRA DA SÉ | IP. 09

N.º de IPA –00002674

**Identificação do Imóvel**

Troço da Via Antiga da Pedra da Sé

**Localização / Acessos**Junto à antiga estrada Tábua-Santa Comba Dão  
Tábua**Tipologia**

Arqueologia - Via

**Classificação do Imóvel**

IP – Interesse Público

**Cronologia**

Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990

**ZP – Zona Proteção**Fonte: Portal do Município de Tábua,  
accedida em junho de 2017**Descrição**

Numa encosta sobranceira ao rio Mondego, encontra-se um troço de via romana, cuja construção deverá ser do séc. I, com cerca de 5 metros de largura, em avançado estado de abandono e degradação. No entanto, os elementos que se puderam observar levam a concluir que se tratava de um traçado bem delineado, com a utilização de tecnologia de construção pouco usual em Portugal, pelo cuidado de talhe dos blocos que a compõem e pela utilização de três eixos centrais. Considerando a existência de outras estações arqueológicas na sua imediação, é possível que se trate de um dos troços da via que, no tempo de Augusto, ligava as localidades de Bobadela e de Santarém, numa época em que Bobadela assumia um papel de relevo como centro económico e administrativo.

**Bibliografia**

"Geographia proto-histórica da Lusitânia. Situação conjectural de Talabriga, O Arqueólogo Português", PEREIRA, Félix Alves, 1907

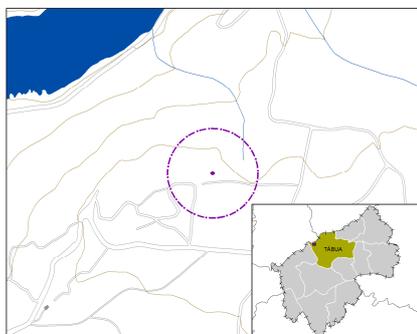
"Os miliários da estrada romana de Braga a Tuy, Distrito de Braga", ARAÚJO, José Rosa de, 1982

"Tomar na Arte Antiga, Tomar", BATATA, Carlos António Moutoso, 1983

"Via Romana da Pedra da Sé. (Tábua)", CORTE-REAL, Artur Manuel de Castro

"O Domínio Romano em Portugal", ALARCÃO, Jorge Manuel N. L., 1988

"As grandes vias da Lusitania - O Itinerário de Antonio Pio", SAA, Mário, 1964

**Planta de localização | Imagens**

Fonte: Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

## 6.2. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO INVENTARIADO DE INTERESSE MUNICIPAL

Conforme já referimos, o património não classificado, quando devidamente preservado e valorizado, tem uma importância significativa, contribuindo para a preservação da história e afirmação da identidade de um território. No concelho de Tábua, a Arquitetura Religiosa e Arquitetura Civil têm particular importância estando intrinsecamente ligadas às suas tradições culturais, sociais e económicas.

O património religioso é marcado pela construção de Igrejas Matriz nas sedes paroquiais. A devoção e iniciativa pessoais e comunitárias levaram à edificação de capelas em pequenos núcleos populacionais, disseminadas por todo o território, bem como de ermidas ou capelas de romaria em locais isolados. Encontram-se também capelas anexas aos solares ou casas senhoriais, por vezes, incorporadas no próprio edifício. É importante perceber os testemunhos deixados no território pelas diferentes tradições dos povos que o ocuparam através da presença de património religioso de diferentes épocas<sup>15</sup>.

Relativamente ao Património Civil, são diversas as tipologias abrangidas por essa designação, que vão desde os pelourinhos, às fontes e chafarizes, moinhos, coretos, pontes e viadutos, vias, imóveis públicos e particulares diversos. No concelho de Tábua encontramos diversos exemplares de grande valor patrimonial, nomeadamente, um significativo número de solares e casas senhoriais, diversos pelourinhos, moinhos.

Em complemento ao Património Classificado, foi efetuado o registo de algumas estruturas e bens de interesse patrimonial municipal, considerado pelo município, que deverão ficar sujeitos a medidas de proteção que visem a sua recuperação, preservação e valorização.

Pretende-se consciencializar para a função urbanística e identitária que os valores patrimoniais podem desempenhar na consolidação da imagem urbana, se considerada a sua requalificação.

Foi feito um levantamento dos valores patrimoniais, considerados mais significativos, que se pretende, com o desenvolvimento do trabalho, identificar na Planta de Património. No entanto **trata-se de um processo dinâmico e evolutivo, desenvolvido em colaboração com a Câmara Municipal de Tábua, pelo que os valores identificados podem ser reavaliados e identificados outros**. Pretende-se, nas fases seguintes do processo, apresentar fichas de caracterização dos elementos inventariados.

---

<sup>15</sup> Descrição segundo PROT- Centro, Maio de 2007, com atualização de Maio de 2011, pag.69

Os critérios de avaliação considerados para a inventariação destes valores patrimoniais, foram, essencialmente, os seguintes:

- Inventariado/Valorização – base de inventariado legal da DGPC e do IRHU;
- Interesse histórico - relevante para o registo da memória local ou nacional, destacando-se a sua importância para a dinâmica da história, regional ou local;
- Originalidade, singularidade, exemplaridade e raridade - destacando-se a sua importância por ser um elemento original, singular, exemplar ou raro, devido ao seu estilo arquitetónico, estética, enquadramento, ou outros argumentos que fundamentem a sua distinção;
- Autoria e/ou valor conceptual - relevância do seu autor para a história local e nacional. Consideram-se as obras dos autores que tiveram um papel relevante para a criação e desenvolvimento de uma tipologia arquitetónica que caracterize a região e/ou o autor;
- Estado de conservação - o estado de conservação deve permitir a compreensão do bem cultural. O estado de conservação é relativizado de acordo com a natureza do bem cultural em causa, de acordo com o contexto cronológico e o enquadramento espacial;
- Enquadramento na envolvente - Enquadramento na envolvente, atendendo à integração em conjuntos arquitetónicos ou paisagísticos de interesse.

O valor do património implica desde logo que se selecionem objetos em detrimento de outros, que se revelem ou afirmem uns e se mantenham no anonimato outros.

Consideramos importante esclarecer que o património inventariado não é o previsto na Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), não estando ao abrigo da referida lei, uma vez que não se pretende obrigatoriamente classificar o património inventariado, pretende-se sim, sensibilizar para o seu valor enquanto memória dos lugares e para a importância da sua preservação e valorização, considerando-se a possibilidade, caso se venha a justificar de definir medidas preventivas que promovam a sua preservação e acautelem a sua descaracterização.

**6.2.1. INVENTÁRIO MUNICIPAL DE BENS COM INTERESSE MUNICIPAL**

## Listagem de bens inventariados

<b>CÓDIGO</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>FREGUESIA</b>
1	IGREJA MATRIZ DE ÁZERE	ÁZERE	UNIÃO DE FREGUESIAS DE ÁZERE E COVELO
2	IGREJA MATRIZ DE COVELO	COVELO - LARGO DO ADRO	
3	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA FEBRES	COVELO	
4	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA DEVOÇÃO	RUA PRINCIPAL - COVELO DE BAIXO	
5	EDIFÍCIO NO LARGO DO PELOURINHO	EM 501	
6	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	LUGAR DA LAGEOSA	
7	CAPELA DA NOSSA SENHORA DA PAZ	ÁZERE	
8	CAPELA DO SANTO CRISTO		
9	IGREJA MATRIZ DE CANDOSA	RUA ANTÓNIO NOBRE CORREIA DE BRITO	
10	CAPELA DA NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM	LARGO AGOSTINHO J. BORGES	
11	CAPELA DE SÃO VIVENTE		
12	IGREJA MATRIZ DE CARAPINHA	RUA PROFESSOR JOSÉ DE OLIVEIRA E COSTA	CARAPINHA
13	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	VALE DE OVELHA	
14	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	MOITA DA SERRA	
15	IGREJA MATRIZ DE COVAS	RUA DOUTOR ANTÓNIO COSTA JUNIOR COVAS	UNIÃO DE FREGUESIAS DE COVAS E VILA NOVA DE OLIVEIRINHA
16	CAPELA DE SÃO CRISTOVÃO	PERCELADA	
17	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	VILA CHÃ	
18	IGREJA MATRIZ DE VILA NOVA DE OLIVEIRINHA	Av. ANTÓNIO DE PÁDUA	
19	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO LORETO	LARGO DA CAPELA DO LORETO	
20	SOLAR SEICENTISTA		
21	CORETO DE VILA NOVA DE OLIVEIRINHA	Av. ANTÓNIO DE PÁDUA	
22	CASA DO ADRO	Av. ANTÓNIO DE PÁDUA	

<b>CÓDIGO</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>FREGUESIA</b>	
23	ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA	RUA LUIS CÂNDIDO		
24	ESCULTURA EM HOMENAGEM A ALBANO GONÇALVES	RUA FREDERICO BANDEIRA		
25	JARDIM DO MONUMENTO DA GRANDE GUERRA	RUA LUÍS CÂNDIDO		
26	FONTE DE SÃO MIGUEL	RUA LUÍS CÂNDIDO		
27	CAPELA DA NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	RUA DA CAPELA – VENDA DA ESPERANÇA		
28	CAPELA DE SANTA HELENA	BECO DO QUINTAL		
29	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	VILA CHÃ		
30	CAPELA DE SÃO CRISTOVÃO	PERCELADA		
31	CAPELA DE SÃO GERALDO	SÃO GERALDO		
32	CAPELA DE SÃO JOÃO			
33	CAPELA DE SÃO MIGUEL	RUA DA FONTE - LOUREIRO		
34	IGREJA MATRIZ DE ESPARIZ	ESPARIZ		UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPARIZ E SINDE
35	CAPELA DE SANTA ANA			
36	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO			
37	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	CARRAGESELA		
38	CASA DA BARONESA DE ARGAMASSA	BECO DO CABO		
39	CASA DOS FERREIRINHAS	RUA DO ESPÍRITO SANTO		
40	IGREJA MATRIZ DE SINDE	SINDE		
41	CAPELA DE SANTO ANTÃO	SANTO ANTÃO – U.F. ESPARIZ E SINDE		
42	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO			
43	QUINTA DE SÃO LOURENÇO ou CASA MAIA	LARGO DA ESTRELA		
44	CASA DA BARONESA ou CASA DA IGREJA			
45	CASA SOLARENÇA DA FAMÍLIA LAMEIRAS	ESPARIZ E SINDE		
46	CRUZEIRO DE POUSADOURA	CARRAGESELA		
47	CAPELA DE GUALDIM	GUALDIM		

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FREGUESIA
48	CAPELA DO SANTÍSSIMO		
49	CASA DOS SOUSAS MACHADOS - ATUAL CASA DA FAMÍLIA ROSADO VASCONCELOS	RUA CARICHA / PRAÇA DO PELOURINHO	MIDÕES
50	CASA DOS SOARES D'ALBERGARIA	LARGO DA MISERICÓRDIA - TÁBUA	
51	CASA DO RIBEIRINHO	RUA RIBEIRINHO	
52	ANTIGA CASA DA CÂMARA DE MIDÕES	PRAÇA DO PELOURINHO	
53	CASA DE JOÃO DUARTE D'ALMEIDA	RUA NOVA	
54	CASA DO JUÍZ DE MIDÕES	RUA CÔNEGO GARCÊS	
55	VILA BERTILDE		
56	PALÁCIO VALVERDE		
57	PALÁCIO DAS QUATRO ESTAÇÕES /PALÁCIO MIDÕES	LARGO DA IGREJA	
58	SOLAR DO ESPORÃO		
59	CRUZEIRO		
60	IGREJA MATRIZ DE MIDÕES	RUA DA IGREJA	
61	CAPELA DA SENHORA DO CARMO	ALDEIA DE CASAL DA SENHORA	
62	CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS DORES	LOCAL DA ANTIGA FEIRA	
63	CAPELA DE SÃO MIGUEL	RUA DE SÃO MIGUEL	
64	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO	COUTO DE MIDÕES	
65	CAPELA DE SANTA ANA	VILA DO MATO	
66	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO CAMPO	CASAL DA SENHORA	
67	CAPELA DE SANTO AMARO	CASAL DE SANTO AMARO	
68	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	RUA NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA - TOURIZ	
69	FONTE DA CARICHA	LARGO DA FONTE DA CARICHA, MIDÕES	
70	CASA DA FAMÍLIA D'ARGENT ALBUQUERQUE	RUA NOVA	
71	CASA DA FAMÍLIA GONÇALO PEREIRA MIDÕES	RUA DA CARICHA	
72	CAPELA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	RUA DO RIBEIRINHO	

<b>CÓDIGO</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>FREGUESIA</b>
73	FONTE DE MIDÕES	RUA RIBEIRINHO	
74	CRUZEIRO DO CASAL DA SENHORA	CASAL DA SENHORA – LARGO JOÃO BRANDÃO	
75	VIADUTO ROMANO DE MIDÕES		
76	VILA ALTINA	LARGO FONTE DA CARICHA	
77	IGREJA MATRIZ DE PÓVOA DE MIDÕES		PÓVOA DE MIDÕES
78	CAPELA DE SANTA EUFÉMIA	RUA GABRIEL SOARES CHAVES	
79	CRUZEIRO		
80	CORETO DE PÓVOA DE MIDÕES		
81	CAPELA DE SÃO BARTOLOMEU	VALE DA TAIPA	
82	CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO		
83	SANTUÁRIO DE SANTA EUFÉMIA	SERRA DA MOITA, VENDA DA SERRA, MOURONHO	MOURONHO
84	IGREJA MATRIZ DE MOURONHO	RUA DA IGREJA	
85	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	CARREGOSA	
86	CAPELA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA	POUSADOUROS	
87	CAPELA DE SANTO AMARO	ALVOEIRA	
88	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA LUZ	CASTANHEIRA	
89	CAPELA DE SÃO JOÃO	VENDA DA SERRA	
90	CAPELA DO SENHOR DOS PASSOS	MOURONHO	
91	ESTAÇÃO DOS CORREIOS	MOURONHO	
92	CASA MIRA - SERRA	CARREGOSA	
93	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	PEREIRA	
94	CAPELA DE VALE DE URZE	VALE DE URZE	
95	CAPELA DE SANTA CATARINA	FONTÃO	
96	IGREJA MATRIZ DE MEDA DE MOUROS	LARGO JOSÉ BORGES DE CARVALHO	
97	IGREJA MATRIZ DE PINHEIRO DE COJA	RUA DO ROSSIO	

<b>CÓDIGO</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>FREGUESIA</b>	
98	CAPELA DO SENHOR SANTO CRISTO			
99	CAPELA DE SANTO OVÍDIO			
100	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA	BOGALHAS		
101	CAPELA AS ALMAS	VENDA DO PORCO		
102	CRUZEIRO	CARREGOSA		
103	MONUMENTO AO PADEIRO	MEDA DE MOUROS		
104	CAPELA DE SÃO MARCOS	RUA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS		
105	CAPELA DE SÃO PEDRO	RUA RICARDO MARQUES DOS SANTOS		
106	IGREJA PAROQUIAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA	SÃO JOÃO DA BOA VISTA		SÃO JOÃO DA BOA VISTA
107	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO	OLIVEIRA DE FAZEMÃO		
108	CAPELA DE SANTA EUFÉMIA e SENHOR DOS AFLITOS			
109	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	LAMEIRA		
110	CAPELA DAS LAMEIRAS	RUA DOUTOR JOÃO QUARESMA DE MATOS - LAMEIRAS		
111	CAPELA DE SÃO PEDRO	SERGUDO		
112	IGREJA MATRIZ DE TÁBUA	LARGO DOS MILAGRES	TÁBUA	
113	EDIFÍCIO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS			
114	CASA/MUSEU SARAH BEIRÃO - COMENDADOR ANTÓNIO DA COSTA CARVALHO	DR. FORTUNATO VIEIRA DAS NEVES TÁBUA, 8		
115	BIBLIOTECA/ MUNICIPAL DE TÁBUA	RUA DR. 9 FRANCISCO BEIRÃO		
116	EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CENCELHO	PRAÇA DA REPÚBLICA		
117	ESCOLA CONDE FERREIRA /JUNTA DE FREGUESIA E TURISMO	RUA DR. 9 FRANCISCO BEIRÃO		
118	ESCOLA PRIMÁRIA	RUA PROF JOSÉ OLIVEIRA E COSTA		
119	HOSPITAL DE TÁBUA	RUA DR. ANTÓNIO COSTA CARVALHO		
120	SOLAR DOS ALBERGARIAS / SANTA CASA DA MISERICORDIA	LARGO DA SILHADA		
121	TRIBUNAL DA COMARCA DE TÁBUA (ARQ. VASCO CUNHA)	RUA COMANDANTE CÂNDIDO SERRA		
122	CENTRO CULTURAL DE TÁBUA	AV. 9 DR. CASTANHEIRA FIGUEIREDO		

<b>CÓDIGO</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>FREGUESIA</b>
123	CHAFARIZ ARCO DA VILA	PRAÇA ALEXANDRE HERCULANO	
124	CASA SEISCENTISTA - CASA DA FAMÍLIA CAEIRO DA MATA	DR. FORTUNATO VIEIRA DAS NEVES TÁBUA	
125	EDIFÍCIO (Séc. XIX)	DR. FORTUNATO VIEIRA DAS NEVES TÁBUA	
126	CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES OITICENTISTAS	DR. FORTUNATO VIEIRA DAS NEVES TÁBUA	
127	CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES	DR. FORTUNATO VIEIRA DAS NEVES TÁBUA	
128	MOINHOS DE SEVILHA	SEVILHA	
129	CAPELA DE SÃO FACUNDO	SÃO FACUNDO	
130	CASA DOS MILAGRES	LARGO SENHOR DOS MILAGRES	
131	CHAFARIZ DE SEIXO ALVOS	SEIXO ALVOS	
132	ESCULTURA DO ESCUDO DA VILA	ROTUNDA EN 234-6	
133	ESCULTURA DO PARQUE INDUSTRIAL DE TÁBUA	RUA DO PARQUE INDUSTRIAL DE TÁBUA	
134	FONTE DA PRAÇA PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CASTANHEIRA NEVES	PRAÇA PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CASTANHEIRA NEVES	
135	FONTE DE REMOUÇO	REMOUÇO	
136	JARDIM SARAH BEIRÃO		
137	PONTE DE SEVILHA	SEVILHA	
138	FONTE DA PRAÇA DOUTOR COSTA JUNIOR	PRAÇA DOUTOR COSTA JUNIOR	
139	CAPELA DA NOSSA SENHORA DA LUZ	BARRAS	
140	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA	LAGEOSA	
141	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	BABAU	
142	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO		
143	CAPELA DE SÃO BRÁS	BARROSA	
144	CAPELA DE SÃO MIGUEL	SEVILHA	
145	CAPELA DE SÃO SIMÃO	SÃO SIMÃO	
146	CAPELA DE SEIXO ALVOS	SEIXO ALVOS	

## 7. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O património arqueológico é um elemento essencial para o conhecimento da história e da cultura dos povos, através do qual é possível traçar a história do Concelho de Tábua, ao longo de décadas, compreendendo a sua relação com o meio ambiente, as suas formas de povoamento e organização social.

Sendo reconhecida a importância do património arqueológico, é importante inventariá-lo; o inventário que integra este relatório, foi efetuado com base no trabalho desenvolvido pela DGPC, existente no Portal do Arqueólogo referente ao Levantamento Arqueológico do concelho de Tábua, trabalho que teve como objetivo “colmatar a ausência de investigação arqueológica neste concelho”.<sup>16</sup>

Pretende-se identificar um conjunto de áreas referenciadas de ocupação humana, possibilitando a promoção da fruição, de forma não destruidora, dos monumentos identificados.

Muito deste património faz parte de roteiros turísticos, identificados pelo Município, a visitar, por exemplo, a Rota das Sepulturas Antropomórficas – Covas, Percelada, Midões, Touriz, S. João da Boavista, Vila Nova de Oliveirinha, Tábua.

---

<sup>16</sup> Descrição segundo o Portal do Arqueólogo(PNTA/99 – Levantamento Arqueológico do Concelho de Tábua), DGPC

## 7.1. LISTAGEM DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - ENDOVÉLICO DO PORTAL DO ARQUEÓLOGO DA DGPC<sup>17</sup>

DESIGNAÇÃO	CNS	TIPO DE SÍTIO	CONCELHO / FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
Anta de Vila Nova de Oliveirinha	14469	Anta	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	EA 1
Corgas	11544	Lagareta		EA2
Covas/Devesas	15727	Sepultura		SC 1
Ervedais	11521	Vestígios Diversos		VD 1
Igreja de Covas	14477	Sepultura		SC 2
Lage do Souto	15724	Lagareta		EA3
Parceladas	3632	Achado(s) Isolado(s)		AI 1
Pombal	15723	Estrutura		EA 4
Quinta da Pedra da Abelha 1	14478	Necrópole		EA 5
Quinta da Pedra da Abelha 2	14482	Lagar		EA6
São Cristovão	11541	Necrópole		EA 7
São Cristovão 2 (Anulado: Integrado no CNS 11541)	11542	Sepultura		EA 8
Vila Nova da Oliveirinha 2	11519	Arte Rupestre		L 1
Vila Nova de Oliveirinha 1	15725	Lagar		EA 9
Areias de Fontão	31833	Conheira	Mouronho	EA 25
Castelo	11523	Conheira		EA 26
Fontão	11524	Conheira		EA 27
Mouronho	11527	Mancha de Ocupação		EA 28
Tapadinho	11540	Sepultura		EA 29
Castro da Picota	14483	Povoado Fortificado	Póvoa de Midões	EA 24
Quinta do Vale da Orca	14472	Vestígios Diversos		VD 10

<sup>17</sup>Listagem segundo o Portal do Arqueólogo(PNTA/99 – Levantamento Arqueológico do Concelho de Tábua), DGPC

DESIGNAÇÃO	CNS	TIPO DE SÍTIO	CONCELHO / FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	
Castro de Sumes	11520	Povoado	Midões	EA 14	
Pinheiras	14479	Necrópole		EA 15	
Couto de Midões	12651	Inscrição		L 2	
Cumieira 1	14473	Vestígios Diversos		VD 3	
Cumieira 2	14470	Vestígios Diversos		VD 4	
Cumieira 3	11522	Vestígios Diversos		VD 5	
Gamelão dos Mouros	15728	Sepultura		SC 3	
Midões	15717	Achado(s) Isolado(s)		AI 3	
Midões 3/Igreja de Midões	14474	Vestígios Diversos		VD 6	
Midões 4	11533	Vestígios Diversos		VD 7	
Ponte das Uchas	16922	Ponte		EA 16	
Ponte de Sumes	2752	Ponte		EA17	
Ponte de São Geraldo	14475	Ponte		EA 18	
Quinta das Hortas	14481	Necrópole		EA19	
Quinta das Moitas 1	15721	Vestígios Diversos		VD 8	
Quinta das Moitas 2	35183	Necrópole		EA 20	
Quinta do Esporão 1	14480	Necrópole		EA 21	
Quinta do Esporão 2	11543	Lagareta		EA 22	
Quinta do Sobreiro	14471	Vestígios Diversos		VD 9	
Vale de Gaios	15718	Mancha de Ocupação		EA 23	
Mangação	26499	Achado(s) Isolado(s)		Pinheiro de Coja e Meda de Mouros	AI 4
Quinta da Telhadela	16694	Mancha de Ocupação		Pinheiro de Coja e Meda de Mouros	EA30
Matosa	15730	Sepultura		São João da Boa Vista	SC 4
Conchadas	15729	Sepultura	SC 5		
Oliveira de Fazemão	15733	Necrópole	EA 31		

<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>CNS</b>	<b>TIPO DE SÍTIO</b>	<b>CONCELHO / FREGUESIA</b>	<b>REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO</b>
Poeiros/Quinta das Olas	32688	Arte Rupestre		<b>L 3</b>
Quinta das Olas	30953	Achado(s) Isolado(s)		<b>AI 5</b>
Quinta do Olival	15726	Sepultura		<b>SC 6</b>
Quinta do Olival de Valacolos	15731	Sepultura		<b>SC 7</b>
Quinta do Prado	15735	Necrópole		<b>SC 32</b>
Olival	16697	Mancha de Ocupação	Espariz e Sinde	<b>EA 10</b>
Olival da Fonte dos Mouros	16690	Casal Rústico		<b>EA 11</b>
Passais	16691	Mancha de Ocupação		<b>EA 12</b>
Quinta das Várzeas	16693	Casal Rústico		<b>EA 13</b>
Santo Antão	15719	Achado(s) Isolado(s)		<b>AI 2</b>
Várzea de Sinde	19930	Vestígios Diversos		<b>VD 2</b>
Quintela	16696	Achado(s) Isolado(s)	Tábua	<b>AI 6</b>
Tábua	15720	Achado(s) Isolado(s)		<b>AI 7</b>
Pedra da Sé	2759	Via		<b>EA 33</b>
Pedra da Sé 2	11525	Pedreira		<b>EA 34</b>
Quinta das Cruzes	16698	Povoado		<b>EA 35</b>
Torre	11526	Mancha de Ocupação		<b>EA 36</b>
Torre	4775	Mancha de Ocupação		<b>EA 37</b>
Tábua	4517	Povoado Fortificado		<b>EA 38</b>
Fundo de Vila	2725	Tesouro		<b>AI 8</b>

## 8. NÚCLEOS URBANOS E RURAIS. CONJUNTOS EDIFICADOS

É igualmente importante identificar o Património Histórico-Urbanístico, que compreende conjuntos urbanos ou rurais, bem como os Centros Históricos e “espaços” urbanos como ruas, praças, largos, etc.<sup>18</sup>.

No concelho de Tábua encontramos pequenos núcleos rurais, ou conjuntos dentro desses núcleos, largos, que ainda preservam algumas das suas características originais, em termos de morfologia e de edificado. No entanto, estas estruturas tendem a descaracterizar-se e a perder a sua identidade, por um lado, com a introdução das novas técnicas de construção, que nem sempre respeitam as características das pré-existências, e também, pela falta de requalificação dos conjuntos edificados e dos espaços públicos envolventes.

São poucos os exemplos que sobrevivem, de arquitetura tradicional local, no entanto, encontram-se ainda alguns conjuntos edificados e edifícios isolados, na paisagem urbana, rural e natural de Tábua. Nos aglomerados rurais, as edificações tradicionais, maioritariamente de dois pisos, essencialmente construídas em granito, que resultam das características do território, têm vindo, gradualmente, a ser substituídas por construções mais atuais, normalmente descaracterizadas, onde não há a preocupação de fazer o seu enquadramento nas características arquitetónicas dos locais.

Encontram-se, ainda, principalmente em pequenos núcleos rurais, singulares conjuntos homogêneos de construções rurais, largos e praças, com um significado social e morfológico de interesse histórico.

A estrutura morfológica de alguns aglomerados, o seu casario tradicional, ainda que já muito reduzido, testemunham os tempos de outrora e exemplificam a forma de vivência e de habitar dos nossos antepassados, constituindo um património de referência, da arquitetura popular local bem como da forma de habitar. A integridade dos materiais e a forma como se enquadram no meio natural, sendo parte componente do mesmo, denuncia e reclamam a nossa atenção, devendo estes ser preservados e requalificados.

Nestes pequenos povoamentos, concentrados, evidenciam-se, na sua estrutura, a irregularidade do desenho dos largos, que correspondem, normalmente ao alargamento de vias, onde, é comum concentrar um edifício religioso, ou um imóvel notável, ou um chafariz, um elemento urbano que diferencia e marca um espaço de encontro. Estes espaços, “momentos” diferenciadores da estrutura urbana, consequentes, normalmente, de circunstâncias de espontaneidade, são de grande

---

<sup>18</sup> Descrição segundo PROT- Centro, Maio de 2007, com atualização de Maio de 2011, pag.70

importância social, aglutinadores de vivências de outrora (e ainda, atuais), contribuindo para a harmonia e enriquecimento das populações locais.

Nestes núcleos rurais, os edifícios, maioritariamente habitacionais, obedecem, por norma, a uma volumetria (um a dois pisos) e linguagem hermética, robusta, com um geometrismo regular e a utilização de materiais da região (o granito aparelhado, aplicado com junta seca).

Na vila de Tábua, pontualmente, e embora com a introdução de elementos dissonantes e alterações, ainda se encontram alguns conjuntos edificadas cuja manutenção é importantes para a preservação da sua memória histórica.



Figura 5. Conjuntos de edifícios na rua Dr. Francisco Beirão e rua José dos Santos Gonçalves, vila de Tábua

Fonte: Lugar do Plano, maio 2017

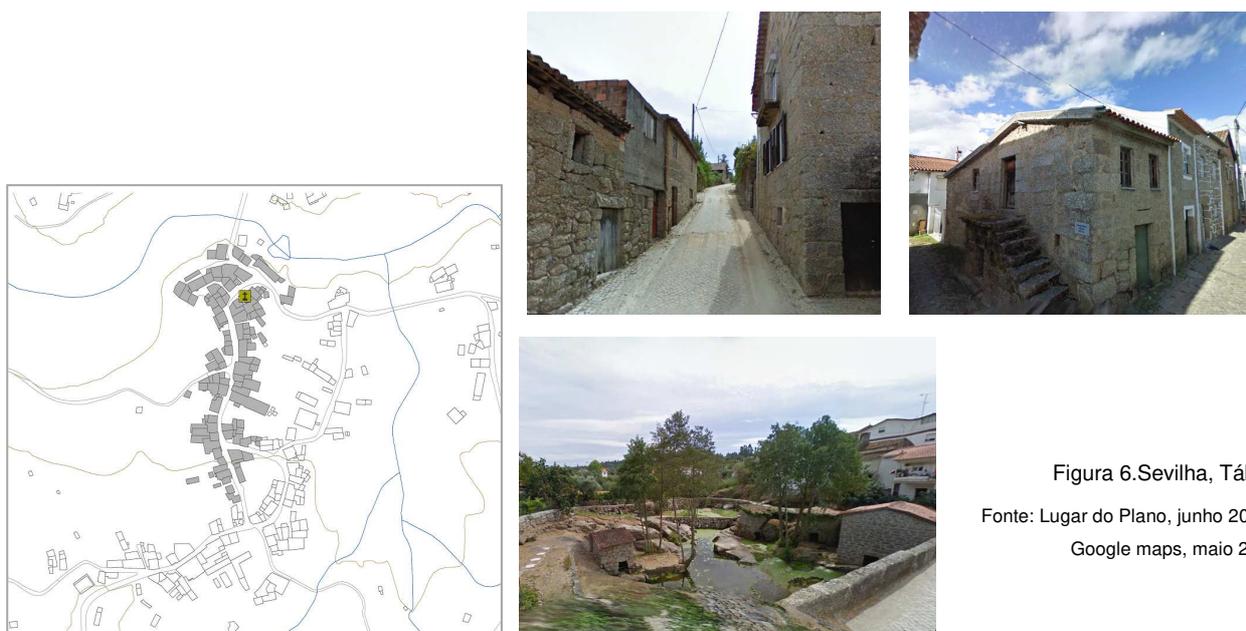


Figura 6. Sevilha, Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017 /  
Google maps, maio 2017



Figura 7. Vila Chã, Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017 / Google maps, maio 2017



Figura 8. Ázere, Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017 / Google maps, maio 2017

## 8.1. PATRIMÓNIO NATURAL

Só muito recentemente, a humanidade tomou consciência da importância do fator natural, do qual sempre se nutriu e retirou todas as suas energias para construir nele, alterando-o, muitas vezes desvalorizando a sua importância.

Define-se por Património Natural todo o conjunto que apresenta características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias, com habitats de espécies animais ou vegetais em risco e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação.

Podemos Classificar o Património por tipos, os quais passamos a descrever:

- As formações físicas e biológicas, ou grupos destas formações, de valor universal incalculável do ponto de vista estético e científico,
- As formações geológicas e fisiográficas e áreas bem delimitadas que constituam o habitat de espécies animais ou vegetais em risco de valor incalculável do ponto de vista da ciência e da conservação,
- Os sítios naturais ou áreas naturais bem delimitadas de valor universal incalculável do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

A nível ambiental e paisagístico o Município de Tábua, contando com a importante colaboração e ação da associação local de proprietários florestais que promovem a gestão sustentável a vasta área florestal do concelho, tem procurado definir uma estratégia que visa a sua proteção e valorização.

Quanto aos espaços de valor paisagístico têm sido desenvolvidas diversas atividades de valorização, destacando-se entre outros criação de percursos pedestres/cicláveis, associados a pontos de interesse do ponto de vista cultural e natural <sup>19</sup>.

O território de Tábua é marcado, a norte pela presença pelo Rio Mondego, como o seu principal curso de água, na qual a presença do elemento água é importante.

A Albufeira da Agueira, situada a norte do concelho, faz a divisão dos concelhos de Tábua e Santa Comba Dão. Na entrada da Tábua, perto dos penedos graníticos da Pedra da Sé, oferece condições para a prática de desportos náuticos e pesca.

A área de estudo do POAA – Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueira, no conselho de Tábuas, abrange, a freguesia. de: Ázere, lugares de Ázere e Espadanal; a freguesia Tábua; a freguesia Covelo; a freguesia Póvoa de Midões.

---

<sup>19</sup> Descrição segundo REOT-Tábua, 2016,pag 85

Nas margens do rio Alva, junto a um açude, está organizada uma Praia Fluvial da Ronqueira, com um espaço bastante arborizado, proporcionado por amieiros.

Partindo da aldeia de Vale de Gaios existe um acesso a percurso ao longo do rio utilizados para a prática de BTT e caminhadas.



Figura 9. Treço da Albufeira da Agueira – Ázere

Praia fluvial da Ronqueira

Fonte: Google

O concelho de Tábua encontra-se abrangido pelo espaço integrado na Rede Natura 2000, nomeadamente o Sítio de Interesse Comunitário (SIC) de Carregal do Sal que abrange 377 ha da parte norte do território concelhio (freguesia de Midões), o que corresponde a 2% da área total do concelho e a 4% do total da área do SIC, que se encontra representada na Planta de Condicionantes..

O SIC Carregal do Sal (PTCON0027) foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto e compreende uma área de 9 554 ha distribuída pelos concelhos de Carregal do Sal, Oliveira do Hospital, Seia e Tábua.

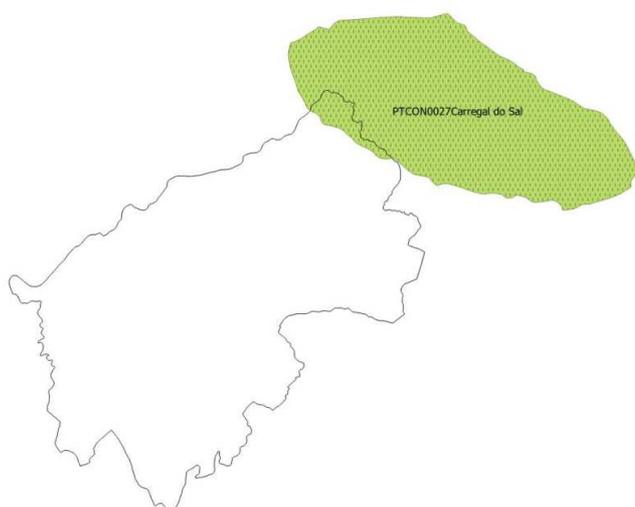


Figura 10. Rede Natura 2000

Fonte: Relatório de Ambiente, Revisão de PDM de Tábua, Outubro 2016

## 8.2. OUTROS PATRIMÓNIOS

Com uma importância igualmente importante como o património imóvel, Tábua, como muitos outros concelhos desta região, conserva um conjunto de tradições regionais, de produtos endógenos, cheios de significado para as suas populações e para o reforço e afirmação da sua identidade. Sem relevante expressão física, na escala do PDM, importa referenciar, como recursos que podem contribuir para a definição de estratégias de projeção do Município.

- **Produtos endógenos:**

- Feira do Queijo de Tábua, 8 e 9 de março – *“Queijo, mel, licores, enchidos, pão e artesanato - as principais “ofertas” do evento”*, com significativo impacto económico na região;
- Concurso do Vinho Novo de Tábua, em janeiro – *“promover o vinho como produto regional de importante valor económico, cultural e turístico para o Concelho”*; com o objetivo de *“contribuir para a expansão da cultura do vinho e do enoturismo concelhio e fomentar o aparecimento de novos produtores do setor vitivinícola”*.

- **Festa tradicionais e romarias:**

- Festa dos Carolos – padroeiro S. Miguel – festa centenária
- Aldeia de Vale de Gaios – padroeiro S. Geraldo – capela – romaria de rebanhos á volta da capela, na altura da Páscoa.

## 9. SÍNTESE

Neste relatório, além de se identificar o Património Classificado, consideramos importante identificar as diversas estruturas relativas ao património Arqueológico e outros elementos arquitetónicos, de valor erudito ou mais popular e evidenciar a sua importância enquanto contributos para a referenciação de uma região e valorização da sua identidade.

O património, qualquer que seja a sua classificação, a sua dimensão ou diversidade cultural, define-se como elemento valorizador da sua envolvente e constitui parte de um conjunto mais alargado que é o espaço em que se insere.

A sua identificação enquanto valor cultural só pode ser avaliada pela apreciação arqueológica, histórica, arquitetónica, estética ou sociocultural, e pela sua consequente inventariação.

A sua defesa constitui uma aposta na planificação e gestão, urbana e no ordenamento do território, no combate à uniformização e descaracterização do espaço imobiliário, no controlar demolições de edifícios ou conjuntos, antigos de carácter relevante para a perceção da estrutura dos lugares, na definição zonas protegidas e na adoção de uma política de integração às novas realidades sociais culturais e económicas.

Pretende-se, pois, consciencializar os sectores de gestão urbanística e a população, para a importância do património enquanto elemento identitário, memória de um percurso histórico, reforçando a importância da sua salvaguarda e requalificação, enquanto elementos participantes atuais. É desejável a sua requalificação ou regeneração para novas funcionalidades, respeitando, sempre, a sua identidade.

Neste sentido, constituindo o Património um evidente recurso diferenciador e complementar às atividades turísticas, nomeadamente em matéria de desenvolvimento de um território, e de modo a estabelecer um modelo de intervenção adequado, dever-se-ão prever, a nível do planeamento do território, instrumentos e ações, a escalas apropriadas, e apostar em estratégias/ações de regeneração urbana.

Pretende-se, assim, com o presente documento, recolocar, no âmbito da requalificação urbana, as questões que se levantam relativamente à salvaguarda, conservação e de reabilitação do património.

Considerando o preconizado no PNCT (Plano Nacional Coesão Territorial) (RCM nº72/2016 de 24 de novembro), nomeadamente, no seu “Eixo 3 – Território interior+Sustentável”, foca a necessidade de potencializar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património

natural e cultural, com o objetivo de alcançar uma maior sustentabilidade, valorizando os territórios mais periféricos <sup>20</sup>.

O património natural e cultural deverá desempenhar *“um papel de crescente importância num processo de desenvolvimento dos territórios do interior, compatibilizando a conservação e salvaguarda dos valores em causa com novas utilizações sustentáveis, que beneficiem as comunidades locais e atraiam visitantes e novos residentes”* <sup>21</sup>.

É importante estruturarem-se novas formas de desenvolvimento destas regiões interiores, que podem, também, estar assentes nos valores culturais e naturais, presentes e identitários destes territórios. Estas novas dinâmicas passam por um conjunto de apostas que deverão focar:

- A promoção da natureza, valorização de áreas protegidas, das paisagens e da biodiversidade;
- Valorização do Património Cultural, público e privado, procurando novos usos e utilizações, compatíveis com a sua salvaguarda, que propiciem novas fruições;
- Na difusão de programas e novas experiências, que privilegiem a qualidade, a difusão e contato em rede e a acessibilidade e atenuem a sazonalidade;
- Na gestão mais próxima de valores culturais e naturais, que envolvam de forma ativa as populações locais.

---

<sup>20</sup> Descrição segundo RCM n.º72/2016, de 24 de novembro, consultada em junho de 2017

<sup>21</sup> Descrição segundo RCM n.º72/2016, de 24 de novembro, consultada em junho de 2017